

Educação básica obrigatória e gratuita

Estratégias e perspectivas

A situação educacional brasileira não se dissocia do quadro político, econômico e cultural mais amplo, que é, ainda, marcado por desigualdades sociais e regionais significativas, em que pesem os esforços da última década.

Na educação básica, várias ações, programas e políticas se realizaram, envolvendo sociedade civil e política, bem como entre os entes federados (União, estados/Distrito Federal e municípios), para a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade.

No âmbito federal, houve uma série de iniciativas: a busca da ruptura à lógica de focalização do Fundef (apenas ao ensino fundamental), por meio da criação do Fundeb, direcionado a toda a educação básica, incluindo as modalidades educativas; a efetivação de políticas e programas de apoio às diferentes etapas desse nível de ensino, incluindo as direcionadas à formação inicial e continuada, à ampliação dos programas suplementares de material didático escolar, do transporte, alimentação e assistência à saúde, às políticas ligadas à inclusão e diversidade, entre outros.

A aprovação da Emenda Constitucional nº 59/09 constituiu-se em instrumento normativo de grande importância, à medida em que alterou a Constituição Federal, dispondo sobre a redução anual do percentual da Desvinculação das Receitas da União (DRU), incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal; a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de quatro a 17 anos; a ampliação da abrangência dos programas suplementares para toda a educação básica; a definição de que os entes federados deverão estabelecer formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório; a definição da duração decenal do Plano Nacional de Educação e o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB).

As análises deste dossiê nos remetem à problematização das estratégias de melhoria da educação básica, em especial da educação obrigatória, objetivando contribuir para a consolidação de processos de organização e gestão, bem como as regulações que lhes dão contornos, pautados na defesa de uma educação democrática e de

qualidade. As reflexões aqui apresentadas devem contribuir para os debates, ações e mobilizações a serem desencadeados em prol da educação como direito social.

Em consonância com sua proposta editorial, *Retratos da Escola* reitera as seguintes seções: Entrevista, Artigo, Resenha e Documento.

Na Entrevista, convidamos três educadores cuja história e trajetória em defesa da educação pública de qualidade os legitima como profissionais engajados nos diferentes espaços da dinâmica pedagógica, incluindo a gestão e organização da educação básica, bem como na discussão e proposição de políticas públicas no campo educacional.

Na seção Artigos, as temáticas situam o quadro complexo da organização e gestão da educação nacional, visando a garantia da ampliação dos direitos, em particular, à educação obrigatória, constitucionalmente compreendida como a educação de quatro a 17 anos. Em que pese este marco e avanço legal, as reflexões situam os significativos desafios à efetivação desse direito público subjetivo, incluindo questões como acesso, permanência com qualidade, dinâmica curricular e de gestão, modalidades educativas. Tais desafios se apresentam para todas as etapas da educação básica, mesmo no ensino fundamental que, historicamente, foi priorizado. As reflexões levantam questões referentes à construção de novos marcos para a educação nacional, especialmente para o necessário engajamento na construção do Plano Nacional de Educação como política de Estado.

Na seção Resenha, foram abordadas duas coletâneas: 1) Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica: o Distrito Federal em foco; e 2) A qualidade da Educação Básica Municipal: sistemas e escolas em Goiás. A apresentação das obras nos permite uma visão das pesquisas direcionadas à investigação da educação básica, seus processos organizativos e de gestão.

Na seção Documentos temos dois textos: 1) Análise da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) à EC nº 59, de 2009, em que a entidade apresenta seu estudo sobre a educação básica obrigatória; e 2) Resolução nº 7 do CNE, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos. São dois importantes documentos que contribuem para a discussão proposta neste Dossiê.

A capa da edição “estudando o futuro” é de autoria do arquiteto e artista plástico Carlos Alexandre Lapa de Aguiar, cuja expressão artística nos convida à reflexão e à busca da compreensão das múltiplas linguagens que retratam a contemporaneidade.

Como periódico da área, como espaço plural de discussões, reflexões e proposições no campo das políticas e da gestão da educação objetiva, *Retratos da Escola*, neste Dossiê, propõe-se compreender e problematizar, sobretudo, as perspectivas para a educação básica obrigatória de quatro e 17 anos. A discussão sobre as políticas, o

financiamento, a gestão, a dinâmica curricular, a relação público e privado, o dualismo estrutural entre ensino médio e educação profissional, a consolidação do ensino fundamental de nove anos e da expansão com qualidade, sem redução da educação infantil à mera escolarização, se apresentam como desafios aos novos e atuais gestores da educação no País e à sociedade em geral.

O estabelecimento de políticas de Estado, em prol da melhoria da qualidade dos diferentes níveis e modalidades de educação, por meio de um novo Plano Nacional de Educação amplamente discutido, constitui-se em parâmetro fundamental para deslindarmos novos horizontes para a educação nacional, o que implicará a ampliação dos recursos para a educação, a criação de um sistema nacional de educação e a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados como passos fundamentais para o processo de mudança. Esperamos que este número contribua para a reflexão e engajamento dos leitores nos diferentes espaços de construção e gestão da educação básica de qualidade no País.

Luiz Fernandes Dourado
Editor